

# *DE MARX AO FEMINISMO: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DE GÊNERO, CLASSE E RAÇA NAS RELAÇÕES DE TRABALHO*

*FROM MARX TO FEMINISM: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS OF GENDER, CLASS AND RACE IN LABOR RELATIONS*

VICENTE, Joselia Aparecida Pires\*  
<https://orcid.org/0000-0001-7867-9568> 

ZIMMERMANN, Tânia Regina\*\*  
<https://orcid.org/0000-0001-8107-3102> 

**RESUMO:** Este artigo pretende analisar questões voltadas à interseccionalidade, entre gênero, raça, etnia e classe, com um enfoque nas relações entre o capitalismo e dominação masculina, evidenciando a desigualdade das mulheres nas relações de trabalho, na vida doméstica, as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa. Para tanto, serão valorosas as contribuições de Marx e seu método de pesquisa histórico-dialético, assim como das teorias feministas que partem da perspectiva da mulher enquanto sujeito e objeto da pesquisa. Compreender a relação entre gênero, raça e classe, e seus desdobramentos é o objetivo principal, isso porque, ao passo que se percebe a realidade histórica de um ponto de vista interseccional será possível buscar uma sociedade mais justa, barrando, enfim, a feminização da pobreza e a opressão patriarcal-capitalista.

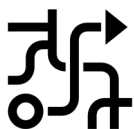
**ABSTRACT:** This article aims to analyze issues related to intersectionality, between gender, race, ethnicity and class, with a focus on the relationship between capitalism and male domination, highlighting the inequality of women in labor relations, in domestic life, the forms of exploitation women's work inside and outside the home. To this end, Marx's contributions and his method of historical-dialectical research, as well as feminist theories that start from the perspective of women as subjects and objects of research, will be valuable. Understanding the relationship between gender, race and class, and its consequences is the main objective, because, while perceiving the historical reality from an intersectional point of view, it will be possible to seek a more just society, barring, in short, the feminization of poverty and patriarchal-capitalist oppression.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Raça; Trabalho.

**KEYWORDS:** Genre; Race; Labor.

\* Professora da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul, formada em Letras e Direito, pós-graduada em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atualmente, mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: [joselia\\_vicente@hotmail.com](mailto:joselia_vicente@hotmail.com).

\*\* Doutora em História Cultural e professora da graduação em História e da pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: [taniazimmermann@gmail.com](mailto:taniazimmermann@gmail.com).



## INTRODUÇÃO

O marxismo tradicional e algumas vertentes do feminismo não se debruçaram sobre o conceito de interseccionalidade entre diversas estruturas de poder, assim, ela trata das interseções entre diversos fenômenos voltados à raça, gênero e classe. Esses fenômenos influenciam nas mais diversas experiências das mulheres, sendo as relações de trabalho o ponto de partida deste artigo.

O artigo se justifica, ao passo que, Christine Delphy (2013), propõe expressamente que o grupo “mulheres” seja entendido como uma classe, em oposição aos homens, uma vez que eles se beneficiam sistematicamente da exploração do trabalho das primeiras. Ou seja, a dicotomia patrão-trabalhador, pode ser análoga ainda como homem-mulher, já que a diferenciação de gênero, por hora, esquecida pelos marxistas contribuiu para a naturalização da exploração da mulher.

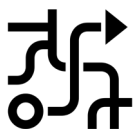
Assim, é necessário frisar que as opressões são estruturais e o esforço de investigação é entender como se dá o funcionamento conjunto de estruturas de desigualdades que têm origens que não se resumem a uma única raiz comum (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Objetiva-se analisar, em especial, relações entre o capitalismo e dominação masculina, evidenciando a desigualdade das mulheres nas relações de trabalho, na vida doméstica, as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa, partindo de um contexto histórico.

Obviamente, não se pretende esgotar a temática, apenas iniciar uma discussão, que pretende compreender, a partir do feminismo, os caminhos da interseccionalidade, elaborando comparações entre a dominação sexual, gênero, classe e raça. Isso porque, ao passo que, isolam-se essas variáveis, tem-se análises parciais, distorções, que inviabilizam uma análise concreta.

Portanto,

a análise conjunta de gênero, raça e classe se apresenta, mas varia o peso relativo de cada uma e as clivagens que estabelecem conjuntamente são interpretadas de modo distinto. De maneira sintética, é possível dizer que enquanto o feminismo marxista e socialista privilegia o par gênero classe (embora isso não signifique que suspenda a raça como problema), o feminismo negro e os estudos das interseccionalidades privilegiam o par gênero-raça (embora isso não signifique que suspendam a classe como problema). (COLLINS, 2015, p. 13)



Para tanto, os métodos de pesquisa utilizados serão aqueles voltados às teorias feministas e seus aportes, que partem da perspectiva da mulher enquanto sujeito e objeto da pesquisa. Serão valorosas, ainda, as contribuições de Marx e seu método de pesquisa histórico-dialético que, ao considerar o ser-social, nos levará a compreender a intrínseca relação entre gênero e classe e seus desdobramentos até a atualidade.

Em suma, compreender a intrínseca relação entre gênero, classe e raça é urgente, isso porque, ao passo que se percebe a realidade histórica de um ponto de vista interseccional será possível buscar uma sociedade mais justa.

Nesse ínterim, na primeira unidade, apresentam-se métodos de pesquisa feminista e uma crítica à compreensão de gênero de Marx; na segunda unidade aborda-se o feminismo marxista e a divisão do trabalho feminino; na terceira e última unidade soma-se uma análise do trabalho “produtivo” e doméstico, do cuidar enquanto trabalho e sustento do capitalismo.

## **1 DO MÉTODO MARXIANO<sup>1</sup> À PESQUISA FEMINISTA**

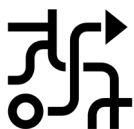
Para Karl Marx é importante a compreensão de que as classes sociais são os sujeitos coletivos da história, realizam a história. O sujeito cognitivo é a classe. É no interior do sujeito coletivo que as individualidades realizam a apreensão cognitiva objetiva concreta exata. A classe é o verdadeiro sujeito cultural, conseqüentemente o verdadeiro sujeito cognitivo, mas quem realiza a cognição são as consciências individuais.

Dessa forma, é plausível destacar que se segue aqui o método epistemológico histórico-dialético no qual Marx retoma a materialidade grega, propondo um materialismo que considere não simplesmente a razão, mas o ser social, explicando de forma materialista a ontologia do ser social.

Pode-se concluir que partimos da ontologia, das experiências humanas em dado momento histórico para alcançar o conhecimento epistemológico, a partir de um conjunto de procedimentos na busca da compreensão do objeto, e para a construção do conhecimento, no qual o sujeito conhece as categorias do objeto para alcançar, enfim, sua totalidade, o que nos permite a análise da categoria mulher, indo além da visão repleta de lacunas rascunhada por Marx e Engels.

---

<sup>1</sup> O adjetivo “marxiano” será utilizado sempre em referência à obra de Karl Marx; ao se tratar de forma indistinta das ideias desse e de seus seguidores, utilizaremos o adjetivo “marxista”.



## 1.1 Crítica a Marx e sua Compreensão de Gênero

O século XXI inicia trazendo novos compromissos relacionados a gênero e feminismos, por isso clássicos como Marx foram revisitados afim de colher sua compreensão acerca de temáticas necessárias, que em seu tempo, e por todo o contexto histórico, não foi capaz de aprofundar. Essa crítica não é rasa, ou tão somente para criticar de forma pejorativa, mas examinando os socialistas podemos buscar recursos para compreender questões de gênero.

Apesar de Marx não ter escrito sobre a temática em si, sua obra encerra numerosos elementos importantes à compreensão de gênero. Sua metodologia, sua concepção histórica, a desconstrução de hierarquias pretensamente naturais, sua teoria da ideologia e seu apreço a autoemancipação. (HOLMSTRON, 2014).

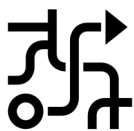
A metodologia de Marx é muito mais apropriada à compreensão de gênero que o liberalismo que vê o papel da mulher como um papel acidental, para Marx (1982, p.263), “esses papéis não são acidentais para os indivíduos e eles podem ser compreendidos somente em termos das relações sociais de poder.” As relações entre homens e mulheres são relacionadas a obrigações sociais, ou seja, relações de poder. Mostra ainda que as hierarquias pretensamente naturais, não são, mas são politicamente construídas e conservadas pelo poder.

Marx tem relativa importância quando não generaliza a mulher, mas a diferencia em suas necessidades. O marxismo nos ajuda a compreender que o gênero é sempre atravessado pela diferença de classes.

No entanto, o peso do gênero é sempre menor enquanto força analítica, o que concentra a teoria no trabalho assalariado capitalista, ignorando o não pago realizado por mulheres em casa, não considerado produtivo, apesar de ser absolutamente necessário para a produção capitalista. Rosa de Luxemburgo, teórica marxista, exemplifica muito bem tal relação:

A dançarina do music hall que, com suas pernas, produz lucro para seu empregador é uma trabalhadora produtiva, enquanto todas as dores das mulheres e mães proletárias entre as quatro paredes de seus lares são consideradas improdutivas. Isso parece brutal e absurdo, mas reflete exatamente a brutalidade e o disparate de nosso sistema econômico atual. (LUXEMBURGO, 1912, apud HOLMSTROM, 2014, p. 349)

Portanto, embora Marx não tenha se debruçado sobre a categoria gênero, deixa um rico legado para que o feminismo tenha condições de uma análise interseccional a partir do recorte de classes. Corroborando,



o Partido Socialista apoiou a batalha pela igualdade das mulheres. Por muitos anos, na verdade, foi o único partido político a defender o sufrágio feminino. Graças a mulheres socialistas como Pauline Newman e Rose Schneiderman, um movimento sufragista foi criado no interior da classe trabalhadora, quebrando o monopólio que, por uma década, as mulheres de classe média tiveram sobre a mobilização das massas a favor do voto. (DAVIS, 2016, p. 40)

Obviamente a obra de Marx não problematizou questões relacionadas à mulher, não foi capaz de colocá-las no cerne da problemática, no entanto, sua contribuição a partir da dialética e da materialidade deram fundamentos para diversas mulheres que partiram da luta de classes para uma teoria feminista.

## 1.2 Teorias Feministas

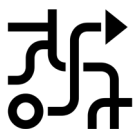
Até a década de 1970 pouco se desenvolvia de um ponto de partida diverso do androcêntrico, nesse sentido Simone de Beauvoir foi vanguarda, já que propunha a igualdade, de fato, entre homens e mulheres, problematizando a suposta igualdade que tão somente servia à inferiorização da mulher, proposta pelos cientistas clássicos:

Quando muito, consentia-se em conceder ao outro sexo "a igualdade dentro da diferença". Essa fórmula, que fez fortuna, é muito significativa: é exatamente a que utilizam em relação aos negros dos E.U.A. as leis Jim Crow; ora, essa segregação, pretensamente igualitária, só serviu para introduzir as mais extremas discriminações. Esse encontro nada tem de ocasional: quer se trate de uma raça, de uma casta, de uma classe, de um sexo reduzidos a uma condição inferior, o processo de justificação é o mesmo. (BEAUVOIR, 1970, p. 17)

Já Mead (1979, p. 297) afirma que “insistir que não há diferenças de sexo numa sociedade que sempre acreditou nelas e dependeu delas, talvez seja uma forma tão sutil de padronização de personalidade como insistir em que existem muitas diferenças de sexo”.

Nesse contexto, os autores clássicos (homens) mostraram-se incapazes de ultrapassar uma concepção de reprodução social no que se refere a gênero, passando por todas as áreas da ciência, da psicanálise aos socialistas. A maioria dos autores assume ser o lugar e o papel das mulheres naturalmente ligados à família, concebida esta como a esfera das emoções, das particularidades e do apagamento das lutas. Haja vista que o tema do trabalho feminino para Karl Marx foi subsumido ao modo de produção familiar, assim como permaneceu, em sua teorização, sob a autoridade do pai de família e não entrou nas relações de produção capitalistas.

Diante dessa lacuna, que apagou o sujeito e objeto feminino da pesquisa é que surge uma nova perspectiva, feminista, que passa a ser utilizada nos meios acadêmicos. Pode-se



afirmar que a mulher passa a ser o objeto e o sujeito da pesquisa, contrapondo a ciência tradicional androcêntrica na qual mulheres são vistas como “segundo sexo”<sup>2</sup>, em outras palavras, a ciência apagou as mulheres de suas perspectivas, fato que as teorias feministas pretendem retomar.

No campo teórico-epistemológico, há o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo ou pós-estruturalismo feminista, corrente contemporânea do feminismo na qual se inscrevem os estudos de gênero (BUTLER, 2003).

Há três posicionamentos epistemológicos que baseiam as pesquisas feministas: o empiricista, que segue os pressupostos atuais da ciência, comprometidos com a justificativa e a verdade, porém, denunciam o viés androcêntrico que os perpassa; o feminismo perspectivista, que parte de um ponto de vista das mulheres para elaborar sua fundamentação; e o feminismo pós-moderno no qual as categorias são consideradas de maneira mais diluídas, criticando as estratégias que se pautam em conceitos fundamentais. Conforme Sandra Harding (apud Louro, 1997, p. 152-153) a pesquisa feminista visa

[...] questões ligadas às suas experiências em lutas políticas, portanto, implicadas em interrogações sobre como mudar suas condições [...]. Os propósitos da pesquisa e a análise são inseparáveis da origem dos problemas de pesquisa.

Logo, é preciso fomentar as discussões sobre uma igualdade científica:

Nesse sentido, a discussão acerca do controle científico não é privilégio da crítica levada a cabo pelas feministas. Todavia, em virtude de sua atávica transversalidade, a questão da mulher deixa-se articular livremente com estudos críticos voltados a etnias, raças, classes, gerações, entre outros. Tal articulação entre diversas correntes de pensamento crítico se faz necessária já que, “é evidente que cada forma de dominação utiliza as outras como recursos e se apoiam mutuamente de modos complexos. (HARDING, 1996, p. 18)

Ou seja, o intuito não é isolar a produção do conhecimento atual e passada, para substituí-las por uma nova, mas desmistificar a “não generização” científica e a suposta ausência de interesse pelo poder por ela respaldado.

O feminismo é, portanto, um campo político tanto quanto teórico-epistemológico, embora tenha assumido variadas tendências, vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos, em permanente (des)construção. Por consequência, as intersecções do feminismo com os movimentos de luta de classes configuram diferentes movimentos feministas, entre

<sup>2</sup> Simone de Beauvoir denuncia o papel da mulher a partir de uma perspectiva secundária em relação ao homem, a expressão também intitula sua obra mais importante “O Segundo Sexo” escrita em 1949.



eles: o radical, o liberal, o socialista, o marxista e o anarquista (Toledo, 2003). Por fim, não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos.

## 2 MULHER OU MULHERES?

Muito se discute acerca da nomenclatura, por consequência, categoria que abarque melhor os conceitos atuais: gênero, mulher ou mulheres? Indiferente de raça ou questões de classe, é o que diferencia o pensamento feminista do pensamento de esquerda, o que nos une ultrapassa o que nos diferencia, isso porque, a identidade da mulher é construída por traços biológicos e sociais como o corpo feminino que é a pré-condição para que a opressão permaneça. Entretanto,

mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma “diferença” – dentro da diferença. Ou seja, a categoria “mulher”, que constituía uma identidade diferenciada da de “homem”, não era suficiente para explicá-las. (PEDRO, 2005, p. 82)

Essas mulheres trabalhavam dentro e fora do lar há muito tempo, assim, o trabalho que muitas mulheres brancas de camadas médias reivindicavam como forma de satisfação pessoal, poderia ser o emprego que faltava para os filhos, maridos e pais das mulheres negras (PEDRO, 2005).

Dessa forma, a categoria mulher não seria o suficiente para abarcar as particularidades e necessidades de todas as mulheres

a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria “Mulher” passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria “mulheres”, respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. (PEDRO, 2005, p. 82)

Essa nova formulação de “mulher” é para Nicholson (2000) uma ideia de mulher que, atenta à historicidade, não tem um sentido definido, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. Por fim, muitas historiadoras, filósofas feministas entendem que

compreender esse alargamento exige levar em conta o contexto no qual se desenvolviam essas discussões. Essas feministas contestavam concepções presentes no pensamento de esquerda influenciado pelo marxismo, para as quais a política é um discurso racional que define a exploração de acordo com critérios determinados objetivamente: a classe, por exemplo, é uma condição de exploração e opressão objetiva. (PISCITELLI, 2002, p. 5)



Ou seja, os mecanismos de opressão não decorrem do sexismo isoladamente, as mulheres podem estar, inclusive, como destaca Bell Hooks (1984), na posição de oprimidas e de opressoras. Assim, recriar a categoria mulher possibilita o reconhecimento de diferenças entre mulheres, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política – que, não exige um sentido definido para o termo mulher.

Logo, é necessário um esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas com a formulação de um projeto político feminista, mostrando como essa compatibilização não é incongruente.

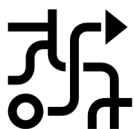
Desse ponto de vista, os debates que tiveram lugar entre as feministas pós-modernas acerca da necessidade de desfazer-se do termo “mulher” como categoria de análise e definir o feminismo em termos puramente oposicional foram mal orientados. Para reformular o argumento que apresentei: se na sociedade capitalista a “feminilidade” foi construída como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes, e a pergunta que devemos nos fazer é se foi transcendida a divisão sexual do trabalho que produziu esse conceito em particular. Se a resposta for negativa (tal como ocorre quando consideramos a organização atual do trabalho reprodutivo), então “mulher” é uma categoria de análise legítima, e as atividades associadas à reprodução seguem sendo um terreno de luta fundamental para as mulheres – como eram para o movimento feminista dos anos 1970 – e um nexo de união com a história das bruxas. (FEDERICI, 2017, p.21)

## 2.1 Interseccionalidade da Opressão

A opressão é permeada pelas condições inerentes de cada mulher, mulheres negras ou brancas, trabalhadoras assalariadas, profissionais liberais ou proprietárias, heterossexuais ou homossexuais, sua condição determina os níveis de opressão aos quais cada mulher é submetida.

Um recorte se faz necessário quando observamos as relações interseccionais voltadas à raça. Anne McClintock em sua obra “Couro Imperial” relaciona a mulher colonizada (negra e indígena) com a própria terra a ser conquistada, esta seria outra fêmea dominada pelo homem branco. Terra e mulheres em posição de servidão ao europeu, diante disso “o imperialismo europeu foi, desde o começo, um encontro violento com hierarquias preexistentes de poder” (MCCLINTOCK, 2010, p.21). As mulheres colonizadas já sofriam opressões dentro de suas realidades, quando atravessadas pelo europeu, foram ainda mais exploradas que o homem colonizado.





Em contrapartida, a mulher colonial (branca europeia) desfrutou de alguns privilégios “emprestados” pelo homem, hierarquicamente, permaneceram acima do homem colonizado, o que (BEAUVOIR, 1970, p.13) confirma “burguesas, são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres pretas.” Surge, assim, a figura da mulher ociosa, pois o trabalho depreciaria as mulheres, sendo algo destinado às colonizadas. Nesse contexto, Angela Davis explica:

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 2)

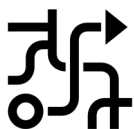
Constantemente racismo e sexismo são pares, dessa forma, os salários pagos às trabalhadoras domésticas brancas sempre foram fixados pelo critério racista usado para calcular a remuneração das serviçais negras. (DAVIS, 2016, p. 33). Nesse sentido, as imigrantes que aceitavam o emprego doméstico ganhavam pouco mais do que as negras.

As mulheres brancas – incluindo as feministas – demonstraram uma relutância histórica em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. Elas raramente se envolveram no trabalho de Sísifo que consistia em melhorar as condições do serviço doméstico. Nos programas das feministas “de classe média” do passado e do presente, a conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada – ao menos por parte das mulheres mais abastadas – para a exploração de suas próprias empregadas. (DAVIS, 2016, p. 33)

No que diz respeito à mulher indígena, quando os europeus, em meados de 1532, chegaram aos Andes, avistaram mulheres muito diferentes das europeias-cristãs, no período colonial, as mulheres ameríndias foram descritas e explicadas a partir da misoginia e dos papéis entendidos como femininos da Europa cristã. (SILVA, 2017). Assim, essa mulher passa a ser julgada com base em pressuposto impertinentes a elas e a quaisquer mulheres, apesar de essa discussão ser muito posterior à chegada dos europeus à América.

Nos dias atuais tem emergido um maior interesse sobre gênero e as necessidades das mulheres indígenas, isso porque as demandas de gênero no seio das comunidades indígenas despertaram e se fortaleceram nas últimas décadas.

Por fim, para Cristiane Lasmar (1999), garantir a visibilidade às mulheres indígenas é uma forma de evitar os estereótipos a elas atribuídos, a invisibilidade das indígenas é fruto da invisibilidade dos povos indígenas, mas pesa mais às mulheres devido ao seu gênero. Pontua, ainda que, de acordo com alguns dos costumes, as mulheres atuam nas áreas ligadas



à domesticidade e alguns locais são restritos aos homens, essa característica acaba sendo o pressuposto de uma desvalorização universal do domínio doméstico, o que será discutido adiante de forma mais ampla, além da mulher indígena.

O feminismo, em suma, abre mão de sua radicalidade quando não enfrenta essas convergências e perde de vista a subordinação interseccional estrutural, que representaria uma gama complexa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de desigualdade (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Portanto, não há como se falar em feminismo sem diferenciá-lo, porém, não se deve apenas diferenciá-lo sem unir as pontas que nos trazem ao ponto de partida de todas as lutas feministas, a opressão, que ocorre de modos diversos, mas ocorre pelo fato de sermos mulheres.

### 3. MULHER, CLASSE E TRABALHO

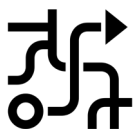
Nos últimos trinta anos, muita literatura foi produzida sobre a categoria mulher, confirmando a pluralidade de posições teóricas existentes, como a teoria feminista, que fundamenta a área dos estudos de gênero. Nicholson expõe:

Quero sugerir que pensemos no sentido de ‘mulher’ (...) como palavra cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características. (NICHOLSON, 2000, p. 34-35)

Linda Nicholson acredita não em uma interseção do gênero com as diferenças de raça, classe, etc., mas em uma coexistência desses vários fatores: “nunca temos um único conjunto de critérios constitutivos da identidade sexual a partir do qual se possa inferir alguma coisa sobre as alegrias e as opressões inerentes ao ser mulher” (NICHOLSON, 2000, p.15).

Assim, mesmo que algumas mulheres alcancem posições de maior remuneração e de comando na política ou no mundo empresarial, mantidas as hierarquias de raça e de classe, não corresponde a alterações nas vidas das demais, nem anula a efetividade das relações de dominação masculina que incidem sobre elas (BIROLI; MIGUEL, 2015).

Mulheres sempre estão sujeitas à violência patriarcal que submete suas vidas e corpos, transformando-os em objetos de consumo, mercantilizados, adentram o processo de produção e reprodução da vida social de maneira precarizada. O capitalismo marca a diferença de classe na opressão patriarcal. Essa diferença diz respeito, inclusive, às formas de combate possíveis dentro da violência patriarcal impetrada (VAZQUES, 2018).



Mulheres são oprimidas por serem mulheres. Mulheres da classe trabalhadora, além da opressão patriarcal, sofrem a exploração de classe.

[...] uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os (as) historiadores (as): ela pressupõe um sentido coerente ou inerente ao corpo humano – fora qualquer construção sociocultural – e, portanto, a não historicidade de gênero em si. De certo ponto de vista, a história se torna um epifenômeno que oferece variações intermináveis sobre o tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa (SCOTT, 1989, p. 10).

Entretanto, “no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise” (SCOTT, 1989, p. 13). Para a autora, as feministas marxistas sobrepõem as questões econômicas às de gênero e, na ânsia de “encaixar” as análises sobre a questão da mulher no escopo geral da luta de classes, não permitiram o desenvolvimento de novas perspectivas de análise. (VAZQUES, 2018, p. 139)

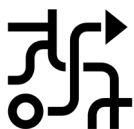
Logo, partindo do feminismo marxista, a exploração de classe que atinge o conjunto do proletariado, atinge a mulher, e a opressão patriarcal pode ser e é perpetuada em meio a sua própria classe, “mesmo quando os homens alcançaram certo grau de liberdade formal, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão” (FEDERICI, 2017, p.17).

Portanto, o patriarcado funciona como um sistema de poder no qual se assenta o capitalismo, assim, mesmo os homens da classe trabalhadora consequentemente acabam por exercer a violência patriarcal sobre suas companheiras, filhas, etc.

### 3.1 Feminismo Marxista: Análise de Gênero

O movimento feminista surge junto a toda a mobilização da Revolução Francesa, que se constituiu como a grande revolução burguesa (COSTA e SARDENBERG, 2008). Assim como na segunda onda feminista:

Com o benefício da visão retrospectiva, podemos ver agora que o surgimento da segunda onda do feminismo coincidiu com uma mudança histórica no caráter do capitalismo, da variante organizada pelo Estado, que acabou de ser analisada, para o neoliberalismo. [...] No Terceiro (mundo), por contraste, a neoliberalização foi imposta usando a dívida como ameaça, como um programa forçado de “ajuste estrutural” o qual subverteu todos os princípios centrais do “desenvolvimentismo” e compeliu os Estados pós-coloniais a despojar-se de seus ativos, abrirem os seus mercados e cortar gastos sociais. Curiosamente, a segunda onda do feminismo prosperou



nestas novas condições. O que tinha começado como um movimento contracultural radical estava agora a caminho de se tornar um fenômeno social de massa de base ampla. Atraindo partidários de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram a ideia que todos os afetados tinham de si mesmos. O efeito não foi apenas ampliar imensamente as fileiras de ativistas, mas também transformar as visões de senso comum de família, trabalho e dignidade. (FRASER, 2009, p.22-23)

Ou seja, as mulheres (burguesas) estavam pouco preocupadas com a exploração sofrida pelas mulheres da classe trabalhadora, estabelecendo uma mulher universal. A crítica a esse feminismo burguês foi feita pelas feministas socialistas, como Clara Zetkin e Alexandra Kollontai, que denunciavam essa vertente pela busca da igualdade sem questionar seus próprios privilégios, mantidos dentro da ordem social estabelecida. Nesse sentido, foram as feministas socialistas que introduziram a importância de se pensar a classe dentro do movimento feminista.

Assim, o feminismo marxista defende a centralidade do trabalho na explicação de todas as outras categorias comumente utilizadas ao se tratar de relações de opressão. Gênero não pode ser lido autonomamente, sem se pensar em classe, em trabalho. Haja vista que o feminismo marxista afirma que o capitalismo, apesar de não inventar a opressão de gênero, apropriou-se dela a seu favor. Em corroboração, Elizabeth Souza-Lobo (1991) explicita que uma luta anticapitalista que ignore as relações de gênero é uma luta que tolera e legitima a exploração das mulheres.

Outra problematização expõe as hierarquias entre as mulheres, mostrando que os privilégios de classe as posicionam diferentemente. É essa aproximação do problema que (SAFIOTTI, 2013, p. 133) expressou ao dizer que “se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam, por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada”.

Portanto, o debate feminista no seio do marxismo parte da recusa à percepção de que a desigualdade de classe de alguma maneira subsume todas as outras (BIROLI; MIGUEL, 2015, p. 34).

### 3.2 Divisão Sexual do Trabalho

Para Christine Delphy o homem seria o burguês e a mulher o proletário, analogia, inspirada em Engels (LALLEMENT, 2014). Frederick Engels (1884) afirmava que a sujeição da mulher é produto das relações sociais, portanto pode ser modificada, porém a divisão do



trabalho masculino e feminino é algo natural (biológico), reafirmando o mito do homem caçador e da mulher que cuida da casa.

Entretanto, as mulheres não se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas, exerceram trabalhos assalariados em dados momentos históricos (com exceção das que integravam a classe dominante). Assim Engels reproduziu um estereótipo que ainda persiste. Apesar de ser contra a concepção naturalista de dominação, analisa o trabalho doméstico como algo naturalmente feminino (TRAT, 2014).

Em contrapartida Pierre Naville argumenta que a separação dos sexos não tem nada de natural, que as “inferioridades físicas” da mulher não a impediriam de exercer qualquer trabalho, mas que “o problema consiste precisamente em criar condições sociais, biológicas, pedagógicas e tecnológicas nas quais as mulheres possam participar da vida profissional da nação sem prejudicar sua natureza física particular.” (In: LALLEMENT, 2014, p.375).

Ele ainda salienta que quando foi preciso, as profissões femininas migraram para transportes e mecânica sem dificuldades para atender a demanda. Portanto, a noção de aptidões é ilusória. A existência de desigualdades profundas projeta nos jovens a noção de que o trabalho exercido pelo homem é mais significativo, desvalorizando aquele exercido pela mulher, assim, não somente o sistema não é simétrico em relação à força de trabalho, como isso reflete nas relações sociais constantemente, o que explica os trabalhos ditos femininos ainda serem mal remunerados.

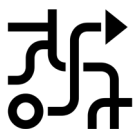
Para a professora Magda de Almeida Neves<sup>3</sup>, algumas profissões são conhecidas como “guetos femininos” no mercado de trabalho.

O percentual de mulheres que recebem as menores faixas salariais (até 2 salários mínimos) é superior ao dos homens, sendo que o percentual de homens que recebem as maiores faixas salariais (mais de 10 salários mínimos) é superior ao das mulheres. Por sua vez, o número de mulheres que não possuem rendimentos é superior ao dos homens. (NEVES, 2007, p. 14-15)

Os lugares tradicionais das mulheres são o das professoras, enfermeiras, secretárias, recepcionistas. E os salários nessas profissões são baixos, porque a remuneração da mulher, em muitos momentos, se deu pelas “qualidades femininas” exigidas nas funções e como complementação à renda familiar.

Após a Segunda Guerra Mundial se instaura ainda mais essa divisão de trabalho entre homens e mulheres, que valoriza o modelo do homem que seria o “ganha-pão”

<sup>3</sup> NEVES, Magda de Almeida. Entrevista com a professora Magda de Almeida Neves. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/03/03/brasil-8-em-10-professores-da-educacao-basica-sao-mulheres.htm>. Acesso em: 04/08/2016.



(LALLEMENT, 2014, p. 379) e desvaloriza o da mulher, criando o mito da mulher inativa, que se limita ao trabalho doméstico, apagado e ignorado por não ser considerado produtivo. Aqui tem início o apagamento do trabalho de cuidar (NAVILLE, 1948).

Sociólogos reconhecidos tentaram justificar essa repartição de papéis que se impõe ao imaginário ocidental. No entanto, a linha é tênue, entre as tarefas domésticas e o trabalho considerado produtivo, para as mulheres que sempre precisaram se dividir entre as duas formas de trabalho. Apenas recentemente que os historiadores e historiadoras conseguiram convencer que, contrariamente às representações dominantes, as mulheres (proletárias) sempre trabalharam (SCHWEITZER, 2002).

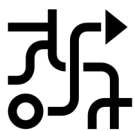
Enfim, o próprio sistema educacional prevalece nas exigências do sistema produtivo, assegurando desigualdades. As mulheres recebem qualificação inferior, permanecendo em menor número nas profissões de prestígio, assim, as divisões sociais do trabalho acabam que se sobressaem às capacidades individuais.

### 3.2.1 Trabalho Doméstico e a Manutenção do Capital

Nem a economia clássica, nem o marxismo científico estimaram como produtivo o trabalho das mulheres em casa. Assim, a partir de a segunda onda feminista iniciou-se uma discussão acerca da divisão sexual do trabalho, dentro e fora dos lares, por consequência, sobre o trabalho doméstico que se estende à atualidade, e é uma das bandeiras de luta dos movimentos feministas.

O trabalho doméstico é visto como uma questão fundamental da opressão feminina, portanto, é óbvia a necessidade de valorização social do trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres. Uma das questões apresentadas a respeito da desvalorização do trabalho doméstico e não reconhecimento do mesmo está ligada ao fato desse trabalho não se encaixar nos conceitos de trabalho regularmente utilizados, ou seja, não é uma atividade remunerada, portanto, não produtiva para os moldes capitalistas.

Cristina Carrasco resume que “não se aceita que, além do trabalho de mercado, possam existir outros trabalhos com igual ou maior valorização social” (CARRASCO, 2008, p. 99). “O problema seria aquilo que o trabalho doméstico não é: ele não tem ciclos de acumulação, não estabelece relações salarizadas e seus produtos não têm preço no mercado” (TORRES, 1988, p. 03). Isto é, a medição desse trabalho, em termos estatísticos, é difícil, sendo o mesmo subestimado. Em suma, “a falta de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres” (ARRIAGADA, 2007, p. 244).



### 3.2.2 Economia do Cuidado

A economia feminista ou economia do cuidado a princípio buscava o reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O capitalismo nunca satisfaz totalmente as necessidades dos trabalhadores através da produção, sendo o trabalho doméstico uma parte importante da reprodução e manutenção da força de trabalho.

Assim, o trabalho de cuidar, embora imprescindível à manutenção do capital, se manteve invisibilizado. Cristina Carrasco (2003) atribui a invisibilidade do trabalho realizado na esfera privada a dois grandes motivos: o primeiro está relacionado ao caráter ideológico patriarcal, que atribui maior valor às atividades desenvolvidas pelo poder masculino, já que o próprio grupo dominante é responsável pela atribuição de valores; o segundo se relaciona ao funcionamento dos sistemas econômicos, os quais procuram se apresentar como autônomos, ocultando a importância do trabalho de cuidar, essencial à produção e à manutenção da força de trabalho e da vida.

Cuidar é inerente à vida, particularmente, à vida humana, ainda que não somente a ela. É uma parte fundamental da reprodução social, da reprodução das pessoas e da vida humana, comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam despercebidas, sobretudo, porque estão naturalizadas, o que é exemplificado a seguir:

Se (Adam Smith) tinha sua comida garantida, não era só porque os comerciantes serviam a seus próprios interesses através do comércio. Adam Smith também tinha sua comida garantida porque sua mãe se encarregava de colocá-la na mesa todos os dias. (MARÇAL, 2016, p.29)

Sendo um trabalho invisível, exercido por um gênero também invisibilizado, Adam Smith foi incapaz de percebê-lo e, portanto, de teorizá-lo (CARRASCO, 2018). Assim, como tantos outros autores que jamais analisaram a importância do cuidar para a vida humana que, fatalmente, tornou-se uma forma de oprimir e paralisar mulheres.

Logo, quando se fala de opressão, é preciso entender que a exploração do trabalho doméstico, do cuidado, pelos homens e pelo capital é uma forma de opressão. Enquanto as mulheres se ocupam do trabalho doméstico dificilmente rompem barreiras necessárias à compreensão de sua própria exploração.

Por fim, não há como mensurar o tempo e empenho em cuidar, a economia do cuidado pretende problematizar algo invisível, o que dificulta ainda mais uma mudança. Transformar um padrão patriarcal, capitalista não é fácil, mas as teorias feministas se



propõem a debater e buscar a ruptura de paradigmas, já que o cotidiano da mulher, como se apresenta, é cada dia mais insustentável.

Para finalizar, a frase da psicóloga e escritora Clarissa Pinkola Estes, ilustra muito bem tais afirmações: “Já vi mulheres que insistem em limpar toda a casa antes de sentar para escrever, sabemos um aspecto curioso do trabalho doméstico é o fato de que ele nunca acaba, é o jeito perfeito de paralisar uma mulher”.<sup>4</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a partir da segunda metade do século XX, o apagamento histórico de gênero, passa a ser questionado pelas teorias feministas, rompendo, consideravelmente, redomas de opressão de gênero. No entanto, a opressão prevalece e não se dá desassociada da classe. Obviamente, as mulheres pobres se diferenciam das mulheres de classe média, que se diferenciam das negras ou das indígenas.

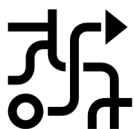
Compreendendo o fato de que o sufrágio ou a luta pela liberdade de se trabalhar foram lutas burguesas, já que as mulheres pobres sempre trabalharam, é primordial um ponto de vista interseccional, ancorado no feminismo marxista. Nesse sentido, Marx, indubitavelmente, trouxe sua contribuição da discussão de classe para uma discussão de gênero e classe, pois apesar de não ter se debruçado sobre questões das mulheres, baseou a eclosão do feminismo marxista e o método histórico-dialético imprescindível às teorias atuais.

Nesse ínterim, o trabalho de cuidar foi invisibilizado, não relacionado à sobrevivência do capitalismo, usado pelo capital e pelo homem, que oprime a mulher dentro lar, ainda que seja um socialista. O que explica, em partes, o fracasso do socialismo, que não considerou a força de trabalho da mulher.

Tais processos de subordinação mediados pelo mercado são a própria essência do capitalismo neoliberal. Hoje, conseqüentemente, eles devem se tornar no foco principal da crítica feminista, conforme buscamos nos distinguir do neoliberalismo e evitar a resignificação feita por ele. O objetivo, certamente, não é largar a luta contra a autoridade masculina tradicional, a qual permanece um momento necessário da crítica feminista. É, pelo contrário, romper a passagem fácil de tal crítica para seu duplo neoliberal – sobretudo reconectando as lutas contra a sujeição personalizada à crítica a um sistema

<sup>4</sup> Clarissa Pinkola Estés, [psicóloga Junguiana](#), [poeta](#) e [escritora norte-americana](#) especializada em traumas pós-guerra. Ficou mundialmente conhecida por seu livro de 1992, *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*, onde aborda o arquétipo feminino, seus mistérios e potência com base em mitos, histórias ancestrais e contos.





capitalista, o qual, ainda que prometa liberação, de fato substitui um modo de dominação por outro. (FRASER, 2009, p.30)

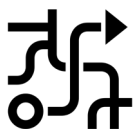
Dessa forma, devemos aceitar a impossibilidade de uma sociedade igual sem o debate de gênero, haja vista que as mulheres foram apagadas pelos autores clássicos. Em contrapartida, hoje, após décadas de estudos feministas, as mulheres buscam recontar a História por um olhar em que sejam sujeito e objeto da pesquisa, sem ignorar a História até então.

Embora ser mulher seja o que nos une em nossas lutas feministas, é necessário um olhar interseccional que não nos permita esquecer as diferenças que não precisam, necessariamente, nos desunir, mas serem ponto de partida para a empatia em relação às dores e desafios de cada mulher.

Em suma, respeitar o lugar de fala e de luta de cada mulher é princípio para uma teoria feminista que abarque todas as mulheres e seus anseios, permitindo a elas que ultrapassem a academia e movam a militância em busca de transformações relevantes. Transformações que devem e necessitam alcançar o trabalho imprescindível de cuidar, que gera, alimenta, mantém vivos os trabalhadores e trabalhadoras que sustentam o próprio capital. Somente então, ao valorizar o trabalho e a força de trabalho feminina, em todas as circunstâncias, seja ela assalariada ou não, é que poderemos barrar a feminização da pobreza e a opressão patriarcal-capitalista.

## REFERÊNCIAS

- ALCOFF, Linda. Signs: *Journal of Women in Culture and Society*, 1988, vol. 13, n. 3, pp. 414-415.
- ARRIAGADA, Irma. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs). *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: Edusc, 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, V. 20 N. 2, P. 27-55, JUL./DEZ. 2015.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (Orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.

\_\_\_\_\_. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria de Jesus (coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madri: Akal, 2006.

\_\_\_\_\_. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza. *Trabalho doméstico e de cuidados*. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008.

CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

CHASIN, José. *O método dialético*. O texto é a transcrição de parte de aulas ministradas durante o curso de pós-graduação em Filosofia Política, promovido pelo Departamento de Filosofia e História da Universidade Federal de Alagoas, de 25/01 a 06/02 de 1988.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2009.

\_\_\_\_\_. Intersectionality's definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia Maria (orgs.). *O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe* [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (Orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

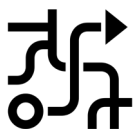
ENGELS, Friedrich. (1884). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. (1845). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. In: *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009. Acesso em 15/10/2019.

HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.



\_\_\_\_\_. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, n. 1, 1993, pp. 07 - 32.

\_\_\_\_\_. Del problema de la mujer en la ciência al problema de la ciência en el feminismo. In: *Ciência y feminismo*. Madri: Ediciones Morata, 1996, pp. 15 - 27.

HOLMSTROM, Nancy. Como Karl Marx pode contribuir para a compreensão de gênero. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

HOOKS, Bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 1984.

LALLEMENT, Michel. Pierre Naville e a divisão do trabalho entre sexos: o sistema produtivo em última instância. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

LASMAR, Cristiane. Mulheres Indígenas: Representações. *Periódicos UFSC*. Florianópolis, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br>. Acesso em 20/10/2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e reconstrução. *Educação e Realidade*, 20(2), 101-132, 1995.

\_\_\_\_\_. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Martin Claret, 2014.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARÇAL, Katrine. *¿Quién le hacía la cena a Adam Smith? Una historia de las mujeres y la economía*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.

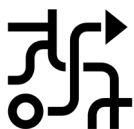
MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*; tradução: Plínio Dentzien. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1219-1237, set./dez. 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos feministas* 11.2 (2000): p. 9-41.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v.24, N.1, P.77-98, 2005. Acesso em 15/10/2019.



PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos*, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42. Acesso em 15/10/2019.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres*. Notas sobre a Economia Política do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989.

SCHWEITZER, Sylvie. *Les femmes ont toujours travaillé*. Une histoire du travail des femmes aux XIXe et XXe siècles, Paris, Odile Jacob, 2002.

SILVA, Amanda Cristina Souza da. *Gênero e Etnia: Historiografia e Mulheres Indígenas. Anais do III Encontro de Descendentes de História da Unifap*. Macapá: 2017.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. São Paulo: Sundermann, 2008.

\_\_\_\_\_. *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*. Disponível em: [https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes\\_de\\_genero/cecilia-marxismo\\_o\\_genero\\_nos\\_une.pdf](https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/cecilia-marxismo_o_genero_nos_une.pdf). Acesso em: 26/11/2020.

TRAT, Josette. Frederich Engels: Da propriedade privada à sujeição das mulheres. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle (org). *O gênero nas Ciências Sociais: Releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. Trad Leineimar Pereira Martins. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2014.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. A classe nos une, o gênero nos divide: imbricações entre patriarcado e capitalismo. *Argum.*, Vitória, v. 10, n. 2, p. 135-147, maio/ago. 2018.

Recebido em: 28/09/2020  
Aprovado em: 05/12/2020